

4.06.99 – Saúde Coletiva

## **TRAVESTIS E MULHERES TRANSEXUAIS EM DUPLO CÁRCERE: DA NEGAÇÃO DE DIREITOS À SUBVERSÃO DA SAÚDE.**

Gabriel da Cruz Santos<sup>1</sup>, Laio Magno S. de Sousa<sup>2</sup>, Luís Augusto V. da Silva<sup>3</sup>, Maria Inês C. Dourado<sup>4</sup>.

1. Estudante do Departamento de Ciências da Vida da Universidade do Estado da Bahia (DCV-UNEB)

2. Professor Doutor do DCV-UNEB/Orientador

3. Professor pós-Doutor do Inst. de Humanidades Arte e Ciências da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

4. Professora Doutora do Programa de Pós Graduação e Pesquisadora do Instituto de Saúde Coletiva-UFBA

### **Resumo**

Travestis e mulheres transexuais (TrTM) vivenciam rotineiramente as influências do estigma, balizando o seu modo de vida. Fatores como o encarceramento potencializam estes efeitos, afetando comportamentos e expandindo as vulnerabilidades. Neste trabalho busca-se analisar o histórico de encarceramento e fatores associados entre TrTM.

Trata-se de um recorte de um estudo que avaliou vulnerabilidades de TrTM e seus modos de vida em Salvador, sendo um estudo transversal que utilizou como técnica de recrutamento a metodologia RDS. Os dados foram processados em software estatístico.

Encontrou-se na amostra baixa escolaridade, frequência de trabalho sexual, relatos de violência e agressão policial, além de encarceramento prevalente de mulheres negras, em ala masculina, ferindo a subjetividade e direitos consolidados das TrTM.

Conclui-se que o encarceramento reforça a vulnerabilidade nesta população sendo necessários francos investimentos em ações que garantam a dignidade de vida destas mulheres.

**Autorização legal:** CEP–Secretaria de Saúde da Bahia. Parecer 225.943, CAAE: 07135912.7.0000.0052.

**Palavras-chave:** Prisão; Pessoas Transgênero; Estigma Social.

**Apoio financeiro:** PPG-UNEB.

**Trabalho selecionado para a JNIC:** Departamento de Ciências da Vida-UNEB.

### **Introdução**

O encarceramento traz consequências negativas para a mulher transexual que o vivencia, como dificuldade de encontrar emprego, privação de direitos, acesso inadequado aos serviços de saúde, interrupção das relações familiares e sociais, mudanças no comportamento sexual, exposição aumentada à violência e ao uso de drogas (BREWER et al, 2014).

Globalmente, presídios alojam os detentos pelo gênero correspondente à genitália. Pessoas transexuais que não realizaram a readequação sexual, comumente, são alocadas em presídios ou alas que correspondam ao gênero atribuído ao seu nascimento (POTEAT; MALIK; BEYRER, 2018). Nesses locais, as mulheres transexuais enfrentam assédio, abuso físico e violência sexual de outros presos e funcionários (LYDON et al, 2015).

As mulheres transexuais estão mais vulneráveis à violência e ao abuso sexual do que a população carcerária no geral (GLEZER; DALE; BINDER, 2013). Além disso, a sua entrada no sistema prisional e as mudanças em seu estado mental requerem atenção, sobretudo quando negligenciadas as questões de afirmação de gênero, descrita como responsável pelo surgimento do comportamento suicida (POTEAT; MALIK; BEYRER, 2018).

No Brasil, apesar de existirem dispositivos jurídicos que rogam a articulação de ações para o combate à discriminação e garantia de direitos, como o acesso a serviços de saúde, educação e articulação para o trabalho, a situação carcerária ainda é uma questão complexa. Dados do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) revelam baixa disponibilidade de vagas destinadas à população LGBT, havendo apenas 1% de alas específicas do total de 1.217 unidades estudadas (INFOPEN, 2014).

Ante ao exposto, reafirmando as necessidades supracitadas desta população e considerando a carência de estudos que analisem o cenário atual e proponham mudanças sociais e jurídicas e confrontem o estigma social e a vitimização das travestis e mulheres transexuais (TrTM), este estudo tem por objetivo analisar o histórico de encarceramento e os fatores associados entre TrTM na cidade de Salvador, Bahia.

### **Metodologia**

Este estudo utilizou dados coletados em Salvador–BA, sendo um recorte do “Estudo PopTtrans – Vulnerabilidade ao HIV/Aids, Sífilis e Hepatites Virais na População de Travestis e Mulheres Transexuais e seus Modos de Vida em Salvador-Bahia”. Mais informações metodológicas deste estudo podem ser encontradas em Dourado et al (2016).

A população foi composta por 127 TrTM, sendo consideradas elegíveis para o estudo aquelas que: 1) auto declarou-se mulher transexual ou travesti; 2) reside em Salvador e região metropolitana; 3) concordou em participar do estudo, através de assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Antes da aplicação do instrumento do estudo, houve uma aproximação com as TrTM através das redes sociais e no locus do estudo, a fim de identificar aspectos do cotidiano, dificuldades e limitações que possibilitaram a adequação do instrumento e, mais precisamente, aplicar uma técnica de amostragem para populações de difícil acesso: o respondent driven sampling (RDS).

Neste método, a amostra se conecta em redes pessoais/sociais formadas por pessoas que compartilham realidades semelhantes, considerando que os pares são melhores recrutadores da população alvo do que os pesquisadores, permitindo ainda uma seleção com menos vieses do que as amostras por conveniência (DOURADO et al, 2016).

Inicia-se com o recrutamento de indivíduos selecionados por conveniência (sementes), os quais darão seguimento ao recrutamento, tendo uma cota previamente estabelecida de pessoas a recrutar, evitando que pessoas com mais contatos recrutem mais pessoas influenciando a amostra (JOHNSTON et al, 2008).

Neste estudo foram escolhidas seis sementes, tendo cada uma a cota de três novos recrutamentos para formar a primeira onda. Devido a dificuldades de recrutamento encontradas pelas sementes, foram introduzidas outras TrTM nesta função, todas residentes de bairros periféricos de Salvador e com nenhuma variação de renda entre elas.

As candidatas elegíveis foram encaminhadas para responder a um questionário com enfoque na identidade e visibilidade trans, comportamentos sexuais, uso de álcool e outras drogas, histórico de prisão e de trabalho sexual.

A principal variável deste estudo foi "histórico de prisão", construída a partir da pergunta "Você já foi presa?". Além disso, coletamos informações sociodemográficas, informações sobre o histórico de prisão, sobre o histórico de agressão policial, bem como sobre o histórico de discriminação na vida por ser TrTM, informações sobre o histórico de uso de drogas e histórico de trabalho sexual.

Os dados foram analisados através do software STATA®, versão 12. Foram realizadas as análises descritiva e bivariada, esta última utilizando o teste de Chi quadrado para verificar diferenças estatísticas entre as variáveis, com valor de referência para associação dado por  $p \leq 0,05$ . Na análise bivariada, a variável raça/cor foi reagrupada em negras (pardas e pretas) e não negras (branca, amarela, índia).

## Resultados e Discussão

A amostra apresentou idade variando no intervalo entre 15 e 60 anos, com uma média de 28 anos, em sua maioria solteiras (63,25%), autodeclaradas como negras (80,39%), com escolaridade predominante de 8 a 12 anos de estudo (64,50%), apresentando como situação de trabalho mais frequente a prostituição/desemprego (71,30%), com renda mensal predominantemente acima de dois salários mínimos (47,12%).

Entre as entrevistadas, 83,88% relataram já ter se sido discriminadas por serem travesti ou transexual, sendo que 47,54% destas mulheres também relata dificuldade para encontrar emprego. Nesse sentido, 92,12% das entrevistadas relatam um histórico positivo para trabalho sexual. Observou-se ainda que 64,4% das entrevistadas relataram já ter feito uso de drogas ilícitas.

O perfil social e demográfico encontrado neste estudo – histórico de encarceramento maior entre TrTM negras ( $p=0,04$ ) – dialoga com os estudos produzidos, que defendem que as travestis e mulheres transexuais negras são proporcionalmente mais encarceradas que homens negros que fazem sexo com homens (SIEMBIDA et al, 2016). Com efeito, é pertinente ainda perceber que são pessoas que tem seus direitos de expressão e afirmação de gênero violados, maiores taxas de desemprego e dificuldades de acesso aos serviços de saúde (VERAS et al, 2018).

Se por um lado a baixa escolaridade é diretamente influenciada pela demarcação geográfica, imaterial, porém viva dos espaços que podem ser ocupados por estas mulheres (ANDRADE, 2012), no trabalho sexual estas mulheres veem uma fonte satisfatória de renda, a afirmação da autoestima e autoconfiança (KULICK, 2013, p. 151) ou ainda a única saída lícita possível diante de um mercado que não as absorve (LIMA; NASCIMENTO, 2014).

Não houve associação estatística entre as o histórico de encarceramento e a baixa escolaridade, mas este contexto também é encontrado em outras produções, no sentido de que quanto menor a escolaridade, mais vulnerável estas mulheres estão ao encarceramento (COLCHERO, et al, 2015).

Sobre o histórico de agressão policial, 46,41% da amostra referiu já ter sido agredida pela polícia, sendo a agressão verbal e a violência sexual as formas de agressão mais frequentes (52,50 e 33,32%, respectivamente), o que corrobora com o elencado por KULICK (2013, p. 47-49) ao afirmar, pelo discurso das travestis que, em Salvador, os policiais são os principais agentes de violência contra estas mulheres.

No presente estudo encontrou-se uma taxa de 20% de histórico de encarceramento entre a rede amostral, sendo que 73% destas mulheres foram encarceradas em ala masculina, desrespeitando a sua identidade de gênero. Esta realidade é observada também em estudos internacionais (POTTEAT; MALIK; BEYRER, 2018) e pode ser resultado da falta de locais específicos nas prisões ou pelo descumprimento das leis que versam sobre o direito de alocação em ala ou presídio condizente à orientação de gênero.

Ademais, através da análise bivariada, encontrou-se uma relação estatisticamente significativa entre o histórico de prisão e raça/cor negra (80,39%;  $p=0,04$ ) e entre agressão policial (17,39%;  $p=0,0078$ ), reafirmando o cenário da violência e prisão arbitrária, já discutida entre pessoas negras.

Conforme já fora dito, por meio de uma resolução intersetorial, é assegurado que as pessoas transexuais, além do respeito ao uso do nome social e da manutenção das modificações corporais e alojamento em cela que lhe garanta segurança, quando em presídio/ala masculina, defende-se a manutenção de quaisquer tratamentos em curso ou que se façam necessários (BRASIL, 2014).

Em contrapartida, o acesso a exames de rotina e aos programas de testagem, aconselhamento, prevenção e tratamento do HIV é muitas vezes ausente em prisões (WHO, 2016), formando uma importante lacuna nos Serviços de Saúde. Estas análises sugerem necessidade de vinculação do sistema prisional aos serviços de saúde, de modo a possibilitar a garantia de um direito essencial do ser humano enquanto no sistema prisional (BRASIL, 2014; WHO, 2016).

### Conclusões

A literatura publicada sobre a saúde de mulheres transgênero encarceradas é limitada. Os estudos dirigidos a este público versam majoritariamente questões políticas e de direitos humanos, tais como o acesso a terapias médicas afirmadoras de gênero, alojamento segundo o gênero de nascimento e vitimização violenta pelos trabalhadores do sistema prisional e por outros presos.

Há que se convir que o estigma social enraizado na sociedade contribui para o cenário atual de violação de direitos humanos, fortalecimento das vulnerabilidades de grupos como o de travestis e mulheres transexuais e que esta configuração alimenta o ciclo de violência em Salvador, no Brasil e no Mundo, sendo necessário o desenvolvimento de políticas públicas que assegurem os direitos de pessoas trans e, mais do que isto, sejam combativas aos processos de estigmatização.

A desarticulação entre a segurança pública e a saúde, enfatizando a saúde de TrTM, mostra-se um nó crítico, tendo em vista se tratar de uma população que já possui menos acesso a serviços públicos de saúde quando em liberdade, em sua maioria faz uso de hormônios, o que requer acompanhamento médico e apresenta exposição aumentada ao uso de drogas e maior risco de serem vítimas de violência. Embora iniciativas surjam, a inconsistência e pontualidade destes dispositivos os tornam não suficientes para a demanda apresentada.

Por fim, entendemos que existe muito caminho a ser trilhado e novos estudos com desenhos que permitam reconhecer a realidade de populações que demandem cuidados específicos como a de travestis e transexuais, inclusive em situações pouco debatidas pela comunidade científica como a vulnerabilidade desta população no sistema prisional serão essenciais para o desenvolvimento e pulverização de políticas públicas mais combativas, formativas e que contemplem as necessidades da população.

### Referências bibliográficas

ANDRADE, L. N. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. Tese (Doutorado em Educação). Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2012.

BRASIL. RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 1, DE 15 DE ABRIL DE 2014. **Estabelece os parâmetros de acolhimento de LGBT em privação de liberdade no Brasil**, Brasília, DF, abr. 2014 Disponível em: <[http://www.lex.com.br/legis\\_25437433\\_RESOLUCAO\\_CONJUNTA\\_N\\_1\\_DE\\_15\\_DE\\_ABRIL\\_DE\\_2014.aspx](http://www.lex.com.br/legis_25437433_RESOLUCAO_CONJUNTA_N_1_DE_15_DE_ABRIL_DE_2014.aspx)>.

BREWER, R. A. et al. The high prevalence of incarceration history among black men who have sex with men in the United States: Associations and implications. **American Journal of Public Health**, v. 104, n. 3, p. 448–454, 2014.

COLCHERO, M. A. et al. HIV prevalence, sociodemographic characteristics, and sexual behaviors among transwomen in Mexico City. **Salud Pública de México**, v. 57, n. 3, p. 99–106, 2015.

DOURADO, I. et al. Construindo pontes: a prática da interdisciplinaridade. Estudo PopTrans: um estudo com travestis e mulheres transexuais em Salvador, Bahia, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, v. 32, n. 9, p. 1–11, 2016.

GLEZER, A; MCNIEL, D. E; BINDER, R. L. Transgendered and incarcerated: A review of the literature, current policies and laws, and ethics. **The journal of the American Academy of Psychiatry and the Law**, v. 41, n. 4, p. 551–9, 2013.

INFOPEN. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Brasília: Ministério da Justiça, 2014. 148 p. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/news/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-esta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>>.

JOHNSTON, L. G. et al. Implementation Challenges to Using Respondent-Driven Sampling Methodology for HIV Biological and Behavioral Surveillance: Field Experiences in International Settings. **Aids And Behavior**, v. 12, n. 1, p.131-141, 6 jun. 2008. Springer Nature.

KULICK, D. **Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz. 2013.

LIMA, H; NASCIMENTO, R. Transgêneridade e cárcere: diálogos sobre uma criminologia transfeminista. **Rev. Transgressões: Ciências criminais em debate**. 2014.

LYDON, J. et al. Coming out of concrete closets: a report on the pink's national LGBTQ prisoner survey. **Black & Pink**. 2015.

POTEAT, T. C; MALIK, M; BEYRER, C. Epidemiology of HIV, Sexually Transmitted Infections, Viral Hepatitis, and Tuberculosis among Incarcerated Transgender People: A Case of Limited Data. **Epidemiologic Reviews**, v. 40, n. 1, p. 27–

39, 2018.

SIEMBIDA, E. J. et al. A Comparison of HIV-Related Risk Factors Between Black Transgender Women and Black Men Who Have Sex with Men. **Transgender Health**, v. 1, n. 1, p. 172–180, 2016.

VERAS, M. A. et al. Trans incarceration experiences, cycle of violence and increased risk of HIV infection: results from Muriel Project, Sao Paulo, Brazil. **21st International AIDS Conference**, 2016.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Consolidated guidelines on HIV prevention, diagnosis, treatment and care for key populations – 2016 update. **World Health Organization**, p. 155, 2016.